



**DA ESTRADA À UNIVERSIDADE: UMA CONVERSA  
COM MICHAEL BARÉ, O PRIMEIRO ALUNO  
COTISTA INDÍGENA DA UERJ**  
*FROM ROAD TO COLLEGE: A TALK WITH MICHAEL BARÉ,  
UERJ'S FIRST NATIVE BRAZILIAN QUOTA STUDENT*

**Fernanda Miranda de Carvalho Torres**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Colégio Pedro II  
[fernandamctorres@hotmail.com](mailto:fernandamctorres@hotmail.com)

**Vinícius de Castro Lima Vieira**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[vinicius.vieira@folha.com.br](mailto:vinicius.vieira@folha.com.br)

22 de março de 2013. O dia amanhece com o prédio da Aldeia Maracanã já cercado pela tropa de choque da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos do cerco eram dois: impedir que os apoiadores entrassem para reforçar a resistência à remoção da ocupação; convencer, pela intimidação, os indígenas a abandonarem as ruínas do palacete. Vários veículos de imprensa cobriam ao vivo, desde as primeiras horas, a ação da PM. Já no ano anterior havia ganhado repercussão nacional e internacional as iniciativas do governo do estado do Rio de Janeiro de derrubar o palacete da Aldeia para construir um estacionamento e um centro comercial integrado ao Estádio Maracanã, que era, à época, reformado para sediar os jogos da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

A repercussão talvez se explique pelo simbolismo do caso: mais uma vez na nossa História os povos indígenas teriam sua cultura, autonomia e território violados em nome do progresso, do desenvolvimento e da modernização. Passados cinco anos, sabemos que os motivos para o empenho do governador do estado ao ordenar a desocupação da aldeia iriam muito além do que atender à supostas exigências da

---

Artigo recebido em 23 de julho de 2018 e aprovado em 13 de agosto de 2018.

Fifa. O então governador, Sérgio Cabral, hoje cumpre pena de mais de 100 anos de prisão, no complexo penitenciário de Bangu. Parte destes em razão do recebimento de propinas das empreiteiras responsáveis pela reforma do Maracanã.

A intimidação não funcionou. Os índios resistiram bravamente até serem retirados em uma invasão violentíssima da polícia. Imediatamente correu o mundo, a fotografia de um deles trepado no muro com o cocar de penas de arara, empunhando um píforo e soltando o grito da resistência, da raiva e do lamento. Era Michael Baré Queiroz de Oliveira, nosso entrevistado.

Michael Baré nasceu em Manaus, em 1974. Viajou por boa parte do Brasil, até chegar ao Rio de Janeiro, em 2000, onde fixou residência. Foi o primeiro cotista indígena da UERJ e graduou-se em História, em 2014. Hoje, Michael, é professor de História, palestrante, artista, ativista e mestrando do Programa de Pós-graduação em História Política da UERJ.

Talvez seja imprudente falarmos em entrevista, quando os pretensos entrevistadores são amigos do entrevistado há quase dez anos. Melhor, então, desde logo assumirmos tudo isso como uma conversa, que foi gravada, transcrita e, posteriormente, publicada. Nossa conversa com Michael ocorreu em um fim de tarde de quinta-feira, na sala do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais e abordou temas diversos como educação, emancipação indígena, História Indígena, Aldeia Maracanã, preconceitos, discriminação e formação de identidades. As gravações totalizaram quatro horas, das quais os leitores da Revista Transversos podem conferir as principais partes abaixo. Infelizmente, porém, o suporte textual não nos permite registrar as brilhantes formas como Michael modula a entonação das palavras, pontuadas por pausas estratégicas, que acentuam, junto com seu olhar compenetrado, a grande paixão com que ele fala dos assuntos caros aos povos indígenas. Para ter essa oportunidade, recomendamos que assistam uma de suas palestras ou que o encontrem nos corredores do nono andar para um bate-papo. Certamente, será uma experiência enriquecedora e de muito aprendizado, como esperamos que seja a leitura de nossa conversa.

**Vinícius Vieira:** *Michael, gostaria de agradecer a sua disponibilidade de vir conversar com gente. Certamente, vamos tratar de temas que costumamos conversar*

*informalmente no nosso cotidiano, mas é sempre bom ter a oportunidade de abordá-los de maneira mais sistematizada. Afinal, são questões importantes, que estão na ordem do dia da sociedade brasileira hoje e precisam ser pensados e debatidos. Para começarmos, eu gostaria que você se apresentasse, brevemente, e resumisse a sua trajetória de viagens múltiplas até chegar ao Rio de Janeiro.*

**Michael Baré:** Olha, em primeiro lugar, Vinícius e Fernanda, é uma honra para mim ter recebido o convite para essa entrevista. Nós somos amigos há quase dez anos e fico muito feliz em poder participar desse momento com vocês. Parabéns pela iniciativa muito significativa da Revista Transversos em realizar um dossiê com essa temática, numa universidade como a UERJ que é pioneira na inserção acadêmica dos povos menos favorecidos.

Pois bem, eu sou professor Michael Baré, fui o primeiro indígena a adentrar pelo sistema de cotas na UERJ, em 2009. Hoje sou formado em História, técnico em arqueologia, professor e estou terminando o mestrado em História Política e Cultura. Eu advenho do Amazonas, sou remanescente dos povos Aruaque, por parte de mãe, e dos povos Mawé, por parte de pai.

Meu pai morreu quando eu tinha dois anos de idade. Logo depois, minha mãe casou pela segunda vez, com um cara que saiu da Paraíba para ser soldado da borracha na Amazônia. Enfim, quando minha mãe casou, ele já estava com 60 anos idade e já tinha outra família. Os outros filhos dele tinham preconceito comigo e com a minha mãe, diziam que o pai iria casar com uma indígena e nos discriminavam. O mais curioso é que eles eram afro-descendentes, mas só porque tinham a pele um pouquinho mais clara, tinham preconceito com a gente. Para vocês verem a loucura que era, eles sofriam preconceito, por serem negros, e transferiam isso para nós por sermos indígenas.

A minha família foi praticamente expulsa do Amazonas por causa do tráfico de drogas, do preconceito e do racismo. Fomos morar em João Pessoa, na Paraíba. Mas acabei voltando para Manaus pouco tempo depois, porque briguei com o meu padrasto e saí de casa aos 13 anos. Nesse período eu me perdi na vida, por causa justamente do racismo, do preconceito e de tudo que é de ruim que você sofre por

você ser indígena ou por você ter a cara de indígena. Então, a partir desse processo experimentei, como diria Domenico Losurdo, uma experiência de autofobia.

A autofobia é não se aceitar, é ter ojeriza de si, é não querer ser como você é. Isso é muito prejudicial para qualquer pessoa, porque você perde o amor próprio, perde a sua identidade, você se perde na vida, perde a vontade de viver. Você quer ser o outro, você não quer ser aquele que é marginalizado; você quer ser loiro de olhos azuis e pele clara... O que lhe sobra, então, são as drogas, o álcool e o suicídio. Tanto que entre os povos indígenas o índice de suicídios é altíssimo. Tudo isso a autofobia produz.

Aos 20 anos de idade eu era praticamente alcoólatra. Minha mãe teve que voltar ao Amazonas para me resgatar, porque eu já estava dormindo nas ruas de tanto beber. Enfim, com muito esforço da minha mãe, fui morar no Nordeste, novamente, com ela e com meu padrasto. Lá em João Pessoa, voltei a estudar, terminei o segundo grau, em 1997, com 23 anos. A minha sorte foi que, por mais complicada que fosse a relação com o meu padrasto, ele e minha mãe sempre me incentivaram a estudar. Nunca me esqueço deles falando que estudar era uma riqueza que ninguém poderia me roubar.

Quando terminei o segundo grau, veio aquela pressão de arrumar emprego. Mas em João Pessoa, naquela época, não tinha emprego. Eu até fazia os processos seletivos para trabalhar na indústria, passava em todas as etapas, mas quando chegava a entrevista, que eles me viam, não conseguia o emprego. Por quê? Porque eu era índio! E como sempre ensinaram que índio é preguiçoso, índio não presta e índio não gosta de trabalhar eu não conseguia o emprego. Então, acredito ter vivenciado na pele os efeitos perversos da narrativa tradicional, estereotipada, que foi feita sobre os povos indígenas.

Acabei brigando, mais uma vez, com o meu padrasto, saí de casa novamente e fui para a estrada - hoje percebo que essa foi uma forma de me reencontrar, um processo de busca. Na época que estava em Manaus conheci uns parentes que me ensinaram a fazer pulseiras, colares e artesanato indígena em geral. Comecei a vender a minha arte para sobreviver, viajando por boa parte do Brasil.

Primeiro, morei em Natal, na praia de Pipa, de lá fui para a praia de Canoa Quebrada, no sul do Ceará. De Canoa Quebrada fui até o Pará. Depois, desci pelo

litoral até chegar em São Paulo. Não queria vir para o Rio de Janeiro, eu tinha medo, porque lá no Nordeste, acho que em todo o Brasil, a imagem que se tem do Rio de Janeiro é como um lugar muito perigoso, com muito assalto, mortes... Como eu morava nas ruas, tinha medo de estar dormindo e alguém vir e me matar. Aliás, foi isso que fizeram, em Brasília, com o Galdino, o nosso parente pataxó que foi queimado no ponto de ônibus.

Mas não tive como fugir do meu destino, daquele lugar que seria, depois, o meu campo de batalha. Não tenho dúvidas foi o destino que me trouxe para o Rio de Janeiro [risos]. Na verdade, eu fui ao Sana, participar do Encontro das Comunidade Alternativas (ENCA), na virada do milênio, em 2000. Lá conheci alguns artesãos do Rio, que me falaram que a cidade era legal, era boa para trabalhar com artesanato e não tinha aquela violência toda que os jornais falavam. Então, resolvi "descer" para o Rio. Vendia meus artesanatos na praia de Ipanema e dormia de mocó por ali mesmo.

Não tive problemas com a violência da criminalidade, só com a do Estado mesmo; pois logo comecei a ter embates com a Guarda Municipal, que proibia a gente de expor a nossa arte nas praias e, ainda, recolhia, ou melhor dizendo, roubava nossos trabalhos.

No Rio conheci a minha esposa, fomos morar juntos e, em 2005, nasceu nosso primeiro filho. Com filho e esposa eu precisava fazer dinheiro para ajudar no sustento da casa e os caras da guarda, "o rapa", continuavam reprimindo a minha presença nas praias e roubando os meus trabalhos. Em 2007, decidi que tinha que fazer alguma coisa para mudar essa situação.

Nessa época, eu estava com tanta raiva, com tanto ódio que a minha sorte, o que me impediu de fazer alguma "besteira", foi a minha forte ligação com os meus ancestrais, com o lado espiritual da cultura indígena. Na verdade, o Estado estava me empurrando para o abismo, como não conseguiu me matar pelo etnocídio ou mesmo pela autofobia, ele me empurrava para a marginalidade.

Foi aí que resolvi voltar a estudar, fazer uma faculdade, pois percebi que essa seria uma forma de dar conta, ao mesmo tempo, das três questões que me afligiam à época: 1) mudar a minha situação de vida; 2) me instrumentalizar para saber reivindicar meus direitos com mais propriedade; 3) e poder lutar pela causa indígena, pelo bem-estar dos meus parentes indígenas.

Fazia dez anos que eu não estudava, não conseguia nem ler mais [risos]... Hoje em dia, tenho a compreensão de que se o Estado estava me empurrando para o abismo, o que eu fiz foi golpeá-lo e inverter a condição de luta. A partir desse momento, metaforicamente, o Estado, de alguma forma, passou a trabalhar para mim, oportunizando a minha educação universitária.

Então, me matriculei em um curso pré-vestibular comunitário, no colégio Prado Júnior, passei um ano estudando e, em 2009, consegui entrar no curso de História da UERJ. Fui o primeiro cotista indígena da UERJ e fui, também, o primeiro universitário da minha família.

**Vinícius Vieira:** *Você não me deixou escolhas... [risos]. Vou precisar fazer a pergunta que todo estudante de História respondeu em algum momento durante a graduação, normalmente no primeiro período. Por que você escolheu o curso de História?*

**Michael Baré:** Na verdade, eu sempre gostei de História. Na minha avaliação a História, entre as humanidades, é a disciplina que apresenta o maior o viés, digamos, de combate, de fomento às mudanças, enfim, de revolução. O curso de História fornece ferramentas para o questionamento da sociedade contemporânea; para questionar, também, a narrativa que foi produzida sobre os povos indígenas. Além disso, no meu caso, particularmente, conhecer o passado é para mim uma necessidade existencial. Então, eu via a História, já naquele momento, como a melhor forma de me instrumentalizar.

**Fernanda Torres:** *Diante dessa sua experiência, você entende a universidade como um lugar de emancipação?*

**Michael Baré:** Claro! Pessoalmente, eu posso dizer que me apropriei dos saberes acadêmicos e foi justamente isso que me possibilitou olhar para o mundo de maneiras diversas. A universidade me proporcionou perceber o outro lado das coisas. Não tenho dúvida de que os fatores preponderantes para o que eu sou hoje em dia foram a educação e o conhecimento.

Quando entrei na universidade, sofri vários preconceitos, a começar pelo meu nome. Ouvi inúmeras vezes de professores e de colegas que Michael não era nome de índio e que eu não era mais índio. Não entendia, porque as pessoas cometiam esse tipo de ignorância. Como todo indígena ficava com raiva desse desrespeito, dessa zombaria, e respondia também de maneira grosseira e ofensiva.

Mas com o tempo, conforme eu me apropriava dos saberes acadêmicos, comecei a perceber que responder com ignorância, os desrespeitos que eu vivenciava, não criava nada; só afastava ainda mais essas pessoas da cultura indígena, só as tornavam mais desrespeitosas e ignorantes. A partir do momento em que fui me apropriando dos saberes acadêmicos, que li Darcy Ribeiro dizendo que "o povo brasileiro não conhece o indígena", que estudei os cinco equívocos para com os indígenas, sistematizados pelo professor José Ribamar Bessa (1-índio genérico; 2- culturas congeladas; 3- culturas atrasadas; 4- presos ao passado; 5- brasileiro não é índio), eu entendi o porquê das pessoas agirem daquela forma comigo. Entendi que sofria tudo isso porque havia uma grande ignorância, um grande desconhecimento, sobre o passado e a cultura indígena. O que aqueles autores, que não eram índios, falavam na teoria, eu vivenciava na prática, mesmo dentro da universidade.

Depois, ao estudar Paulo Freire e a sua proposta de educação libertadora, de uma "*Pedagogia do Oprimido*", pude desenvolver um outro olhar, um outro viés de análise para a situação, para os desrespeitos que eu vivia diariamente na universidade. E compreendi que não teria como combater as ignorâncias que sofria com mais ignorância, precisava combater municiado pela educação, uma educação amorosa de proximidade.

Resolvi mudar a minha postura. A partir de então, quando alguém falava que meu nome não era indígena, por exemplo, passei a explicar todo o processo de catequização que os indígenas sofreram e como isso produziu a impossibilidade de nomearmos os nossos filhos com nomes indígenas. Diante dessas explicações, contextualizações históricas, as pessoas se sentiam envergonhadas de sua ignorância e arrependidas de suas zombarias.

Então, a educação servia como um escudo, porque através dela me defendia dos ataques sofridos, mas eu também a utilizava como arma na medida em que

produzia a desconstrução do discurso do colonizador. Sem querer estava produzindo a descolonização.

Além disso, foi graças a UERJ, graças ao sistema de cotas que consegui entender as situações cotidianas que vivencio por outro viés, não apenas no microcosmos da universidade, mas na minha vida social em geral. Porque todos os dias sofro preconceito. Todos os dias! Nas ruas as pessoas, mulheres e homens, escondem bolsas, celulares, mudam de calçada quando eu passo, principalmente se estou de bicicleta. As pessoas acham que sou ladrão por causa dos meus traços étnicos, por causa da cor da minha pele.

Hoje percebo que essas pessoas em alguma medida também são vítimas da ignorância e percebo os efeitos danosos de um modo de narrar a História indígena e de retratar a nossa cultura. Então, não sinto mais raiva dessas pessoas, eu sinto pena mesmo. Por isso que tenho certeza que temos muito trabalho pela frente, precisamos mudar a nossa sociedade, desconstruir os estereótipos, contestar um certo pensamento iluminista homogeneizador e re-buscar os valores perdidos da nossa ancestralidade.

**Fernanda Torres:** *Você me fez pensar em uma coisa, agora. Tem um livro, que é uma referência muito importante para os ativistas do movimento negro, chamado "Tornar-se Negro". Esse livro é uma referência fundamental para compreendermos que um dos aspectos que nos garantem o direito à condição de sujeitos autônomos, na vida em sociedade, é a afirmação de nossa identidade, através da elaboração de narrativas sobre nós negros. Tendo em vista que vivemos em uma sociedade que nos coloca sempre no ponto obscuro da história, apagando nossas identidades e silenciando nossas vozes. Considerando esse exemplo, sobre a problemática enfrentada pelos negros, você acredita que a sua busca por um (re)encontro, mediada por esses vários confrontos e conflitos que você viveu, é de alguma forma aquilo que te proporcionou tornar-se indígena?*

**Michael Baré:** Sim, em parte foi isso. Na verdade, olhando para o meu rosto, não tem como negar que sou indígena. Quando consegui me reencontrar, eu me aceitei como índio. O principal fator para me reencontrar, me aceitar e "me tornar indígena"



foi o meu contato com o ayahuasca, uma bebida milenar da espiritualidade indígena. Em Caxambu-MG, usando o ayahuasca, eu tive uma sublimação e encontrei uma divindade indígena da floresta amazônica que me fez entender o que aconteceu e o que estava acontecendo na minha vida. Foi quando recebi o meu nome espiritual indígena, Anajé, que significa gavião. Compreendi, também, que para me reencontrar era preciso atravessar um longo processo, desenvolvendo a minha humildade e catando os caquinhos de mim pelo caminho.

Porém, essa de negação de si, essa autofobia, não começa comigo. Ela começa com a minha avó, que foi retirada de dentro da floresta Amazônica e foi levada para um aldeamento dos padres salesianos. Nesses aldeamentos eles faziam todo um trabalho para que indígenas deixassem de ser indígenas, quase uma lavagem cerebral. Eles faziam as pessoas acreditarem que se largassem as suas culturas para trás, deixasse tudo de lado, elas não seriam mais índias. Mas isso é uma enganação absurda, porque a gente não fica com outra cara. A gente mantém a mesma cara.

Enfim, do aldeamento minha avó foi trabalhar na casa da família Queiroz. Por isso, meu sobrenome tem Queiroz, porque ela "herdou" esse sobrenome dos seus senhores. Minha avó, minha mãe e eu, até certo momento, não nos achávamos indígenas. Por outro lado, havia uma certa ambiguidade identitária. Porque quando as pessoas queriam me humilhar falavam: "esse aí é índio, esse não sabe nada, esse é índio imundo". Mas quando reivindicava meus direitos, enquanto indígena, eu não era mais índio... Então, você só pode ser índio quando os outros querem. E eu vivia perdido nisso, me perguntando, "afinal, eu sou índio ou não sou?" Enfim, a autofobia é herdada, construída socialmente.

Depois, aprofundando as minhas pesquisas sobre autofobia, percebi que não era só eu que sofria disso. Todos aqueles que não se encaixam em um perfil eurocêntrico estão sujeitos à autofobia. Por isso, de modo geral o brasileiro é autofóbico, quando se compara aos estadunidenses e europeus. E esse é um dos principais motivos para a nossa sociedade não conseguir se desenvolver em passos largos.

**Fernanda Torres:** *Michael, você falou de valores culturais indígenas, do desconhecimento e da ignorância da população sobre esses povos, descrevendo, o*

*processo de violência simbólica motivada pelo racismo praticado contra o indígena em nossa sociedade. Nessa sua avaliação é a ignorância que leva a violência. Por isso eu queria saber, pensando a lei 11645/08 e a institucionalização da obrigatoriedade do ensino da cultura indígena, que tipos de práticas pedagógicas você acredita que proporcionam a superação de percepções estereotipadas e preconceituosas das populações e das culturas indígenas? O que a escola pode fazer?*

**Michael Baré:** Fernanda, esse aspecto é realmente fundamental. O que percebi educando meus amigos, meus colegas e, inclusive, meus professores é que o ato de educar produzia a solidariedade. A educação é a única forma de produzir a solidariedade verdadeira, como dizia Paulo Freire. Por isso tenho certeza que o caminho da emancipação do povo indígena é a educação.

Na Aldeia Maracanã, tive a oportunidade de levar para o “macrocosmo” da sociedade os processos educativos que tinha realizado com meus colegas e meus professores na universidade. Foi daí que eu tive a ideia de elaborar o projeto de uma universidade dos saberes étnicos, ou seja, uma universidade pautada numa educação de mão-dupla, em que os diversos povos indígenas adentram a universidade ensinam seus saberes, suas culturas, suas línguas para a comunidade e, ao mesmo tempo, se apropriam dos saberes acadêmicos, em sua maioria eurocêntricos.

Lógico que nós indígenas precisaremos fazer a redução sociológica do que nos é trazido da Europa ou de onde quer que seja. O professor Guerreiro Ramos nos diz que a redução sociológica é pegar os ensinamentos eurocêntricos, separar as dimensões de racismo, dogmatismo e preconceitos; é transformar esses saberes para usá-los da melhor forma; é enfim, se apropriar desses ensinamentos. A partir daí, nós vamos poder ocupar um nicho social, que sempre foi negado aos indígenas por meio da tutela. Vamos poder formar professores indígenas, médicos indígenas, biólogos indígenas, arquitetos indígenas, engenheiros indígenas, juízes indígenas, políticos indígenas... ou seja, vamos ocupar um nicho social que por meio da tutela sempre nos foi negado.

**Vinícius Vieira:** *Mas, Michael, acho que hoje já está bem claro que da mesma forma que a educação pode ser um instrumento da emancipação, ela também pode se*

*tornar uma forma de tutela e de dogmatização. Portanto, são potencialidades que se concretizam apenas na formulação das práticas pedagógicas. Fica claro para mim que a sua proposta é bem específica e está muito fundamentada em Paulo Freire, pois é uma proposta que instauraria a possibilidades dos oprimidos, dos grupos marginalizados, construir seus próprios saberes. E nisso eu queria te provocar um pouco mais. Não existe um risco, até elevado, de esse indígena formado médico, professor, arquiteto etc. permanecer na autofobia? Ele pode continuar não se assumindo como indígena depois de formado? Como atuar para evitar e interromper esse processo de autofobia?*

**Michael Baré:** Exatamente por isso eu diria que esse projeto é uma vanguarda e um projeto de longo prazo. Para evitarmos esse sério problema que você apontou é preciso que o projeto educacional tenha um caráter de fortalecimento do sentido de pertencimento a uma comunidade e de valorização da identidade indígena. Por que o sujeito tem esse pensamento autofóbico? Porque a História do Brasil foi construída com esse sentido. Como diria nosso querido e saudoso professor Manoel Salgado, a narrativa da História do Brasil foi construída no XIX para obedecer a um ordenamento hierárquico em que os povos originários aparecem como subalternos. A educação, a apropriação dos saberes acadêmicos, deve fortalecer a nossa ancestralidade, demonstrando a riqueza do passado e da História Indígena. O meu pensamento em relação à universidade indígena é, assim, valorizar e fortalecer a cultura e a identidade indígena. A identidade indígena não morreu, ao contrário ela está muito viva.

**Fernanda Torres:** *Na prática, metodologicamente, como inserir tudo isso na escola para que as crianças de hoje e de amanhã não se formem com essa fobia do indígena, ou melhor dizendo, com esse afastamento da cultura indígena? Por exemplo, o que você acha do dia do índio? O dia do índio, na sua opinião, valoriza a cultura indígena quando as crianças são pintadas, fantasiadas, de indígenas? Ou você acha que isso é um equívoco e que no fim só prejudica mais uma vez o indígena?*

**Michael Baré:** O grande problema, Fernanda, é que a maioria das escolas não apresentam ou reproduzem elementos culturais dos indígenas brasileiros, mas dos indígenas norte-americanos, que são mostrados nos filmes hollywoodianos e até em produções da Disney, que são voltadas para as crianças.

**Fernanda Torres:** *Mas você não acha que fantasiar as crianças de indígenas, supostamente para celebrar a importância desses povos para a nossa história, é uma espécie de carnavalização da cultura indígena?*

**Michael Baré:** Na minha opinião se há ou não esse caráter, depende do modo como as atividades são conduzidas. É como uma faca de cozinha, você pode usar para cortar uma laranja ou para atacar alguém. Depende, portanto, de quem está por trás, de quem está planejando e desenvolvendo as atividades.

O fundamental é pensar atividades de desconstrução do discurso do colonizador que foi introjetado no inconsciente coletivo brasileiro. Para isso devemos partir do pressuposto de que todo brasileiro tem alguma ascendência indígena. Isso já provocaria uma mudança: parariamos de falar "o índio" e falaríamos "os nossos ancestrais". Você pode ser loiro, você pode ser ruivo, você pode ter o olho azul, você pode ser negro, você pode ser "moreno"... você, sendo brasileiro nato, tem o sangue indígena. Quando essa reflexão ocorre, a gente propicia que as pessoas se sintam como indígenas. A partir disso, o indígena deixa de ser o outro e passa a ser um elemento comum de produção de identidades. Abandamos a ideia de "eles, os indígenas" para construirmos e nos aliarmos na expressão "nós, os indígenas". Ou seja, nós construímos a solidariedade.

Em seguida, o projeto continua pela valorização da cultura indígenas, demonstrando que é uma cultura milenar que se insere, também, na modernidade. Não é uma cultura estagnada, nem perdida no passado. Uma boa forma de fazer isso, é narrar os feitos da cultura indígena. As pessoas não sabem, mas fomos nós, os indígenas, que inventamos o chiclete e a pipoca que as pessoas comem no cinema. Hábitos que hoje a gente tem como comuns, o tomar banho diariamente, por exemplo, foram, na verdade um aprendizado promovido pelo encontro entre indígenas e europeus.

Parte do que hoje é considerado como "a civilização" é resultado de uma apropriação dos costumes, da cultura, das riquezas materiais e imateriais dos povos indígenas. É preciso, portanto, que as escolas tratem dos temas que não estão presentes no livro didático: as cosmogonias indígenas, os instrumentos musicais, as ferramentas de trabalho, de caça e de guerra, os rituais fúnebres, as artes, a moda, a medicina, as práticas de cura e os remédios indígenas. Assim, as pessoas começariam a se inserir na cultura indígena e a perceber como essa ela está presente no cotidiano. Isso é a base de uma nova epistemologia, que muda o vocabulário, modifica a produção dos saberes, desconstrói o discurso do colonizador. E, dessa forma, a desconstrução ocorre através da construção de um novo saber.

É importante nós re-buscar os valores perdidos das culturas dos povos indígenas, que o universalismo iluminista enterrou. É preciso despertar o indígena que há dentro de todo brasileiro. A solidariedade que buscamos produzir vai libertar a sociedade brasileira do jugo do eurocentrismo, vai fortalecer os vínculos de pertencimento à cultura indígena. A partir disso, nós poderemos formar uma sociedade coesa e uma nação de verdade. A solidariedade, enfim, é o ponto de intersecção que une o "branco", o preto e o índio, os marginalizados de modo geral, e torna possível fazer frente aos desmandos daqueles poderosos que sempre governaram esse país estimulando a desunião.

**Vinícius Vieira:** *Era esse o projeto que você pretendia desenvolver na Aldeia Maracanã? Aliás, gostaria que você comentasse um pouco sobre as atividades que aconteciam lá e por que você acha que o projeto que vocês desenvolviam lá foi duramente reprimido pelo Governo do Estado.*

**Michael Baré:** Em meados de 2009, aconteceu na UERJ um encontro de Poetas e Artistas Indígenas. Foi quando conheci o pessoal da Aldeia Maracanã. Assim que comecei a frequentar a Aldeia Maracanã, pude notar que havia uma divisão entre dois grupos: o grupo do José Urutau Guajajara, o Zé Guajajara, fundador da ONG - Centro de Etnoconhecimento Socioambiental e Cultural Cauieré (CESAC); e o grupo das etnias Pataxó e Apurinã, juntamente com o cacique Carlos Tukano, que moravam na Aldeia.

Na Aldeia Maracanã a gente organizava grupos de trabalhos temáticos, eu era responsável pelo GT de Cultura. Durante o ano inteiro, nós realizávamos uma série de atividades, recebíamos escolas, grupos de universitários e de turistas em geral. Sempre começávamos mantendo um minuto de silêncio em homenagem à memória dos nossos ancestrais, que foram dizimados por resistirem ao etnocídio.

Além disso, uma vez por mês, no primeiro sábado, nós promovíamos aos nossos visitantes a vivência de um dia inteiro na Aldeia. Era "Um dia na Aldeia", como a gente chamava. Nós nos preparávamos para levar as pessoas a fazerem um mergulho na cultura indígena. As atividades começavam com um almoço típico da culinária tradicional dos povos indígenas. À tarde representantes de cada etnia falava um pouco sobre a cultura do seu povo. Outros parentes, por sua vez, preferiam fazer contação de histórias, às vezes com bonecos e música. Havia também oficinas de grafismos indígenas e a realização de alguns rituais. Cada um, do seu jeito, ensinava um pouco sobre os aspectos da sua aldeia e do seu povo. Isso era bom, porque fomentava uma participação intercultural, as pessoas conheciam um pouco de várias culturas indígenas. Era maravilhoso!

Por eu estar no curso de História, comecei a pesquisar sobre o palacete e o terreno que nós ocupávamos na aldeia. Descobri muita coisa e logo assumi uma posição de liderança no grupo, por causa dessas informações e desse trabalho de pesquisa. Na época a Aldeia Maracanã já estava ganhando projeção nacional e internacional por conta da proximidade com a Copa do Mundo e das iniciativas do Governo do Estado de remover a gente de lá e de derrubar o palacete. Mas o Carlos Tukano e o Zé Guajajra me tiraram da frente do movimento, como liderança. Eles determinaram que apenas os dois poderiam falar publicamente sobre a Aldeia Maracanã.

Mesmo assim, formulei um projeto para transformar o palacete da Aldeia Maracanã na universidade dos saberes étnicos. Cheguei a apresentar esse projeto, em Brasília, para a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. Aqui, no Rio encaminhei o projeto para o Zaqueu Teixeira, secretário estadual dos Direitos Humanos, que falou que o projeto do governo do estado para a Aldeia Maracanã já estava definido e nós devíamos aceitá-lo.

**Vinícius Vieira:** *E o qual era esse projeto do Governo do Estado para a Aldeia Maracanã?*

**Michael Baré:** Inicialmente, os planos do Governo do Estado eram demolir o palacete para construir um shopping e um estacionamento. Com toda polêmica que isso gerou na época, o governador Sérgio Cabral chegou a dizer que a FIFA estava cobrando a derrubada do prédio. Mas a FIFA desmentiu e com muita pressão, muitas manifestações, ele mudou o discurso e o governo desistiu de derrubar o palacete. Ainda assim, o prédio não ia ser da cultura indígena, porque segundo Cabral, numa entrevista para o jornal o globo, ali não tinha índio e chamar aquilo de aldeia indígena era um deboche. A proposta dele era nos colocar em outro lugar para vendermos artesanato.

Na verdade, a tática do governo foi dividir pra conquistar, como sempre aconteceu na história. O governo começou a cooptar alguns parentes, oferecendo benesses para quem saísse do palacete e abandonasse o nosso projeto de criação da universidade indígena e do Centro Cultural Aldeia Maracanã. Alguns se venderam e aceitaram as benesses do governo, abrindo mão da nossa riqueza cultural, do histórico do palacete e da causa da emancipação indígena.

Aqueles que como eu resistiram ao acordo com o governo e à cooptação, ficaram lá até polícia invadir, no dia 22 de março de 2013, e, debaixo de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e cassetetes, nos tirar de lá.

**Vinícius Vieira:** *No fim, o palacete não foi derrubado. E agora, como está a situação? Há algum projeto para aquele espaço?*

**Michael Baré:** Exatamente. Com todos os protestos e toda a pressão naquele ano de 2013, o governo do estado destinou, enfim, o palacete à causa indígena. No Diário Oficial foi publicado que seria um centro cultura indígena e uma universidade dos saberes étnicos. Prometeram reformar o prédio até a Copa do Mundo, depois até as Olimpíadas, mas até hoje ninguém fez nada e o projeto está parado.

**Vinícius Vieira:** *Pelo pude ler do teu trabalho, fiquei com a impressão que o seu projeto de dissertação visa em um primeiro momento, reconstituir a história do palacete, onde era a Aldeia Maracanã, demonstrando como ele já teve diversas funcionalidades e serviu a diversos fins, um deles a causa indígena. Posteriormente, você realiza para uma discussão teórica, muito importante e densa, que é a discussão do que você está denominando como pós-indianismo. Na minha leitura, esses dois movimentos confluem em um terceiro, que é a proposição do projeto de construção de uma universidade indígena ou de uma universidade dos saberes étnicos, pautada nessa nova perspectiva teórica, do pós-indianismo, e sediada no palacete. Como já falamos da Aldeia Maracanã e da universidade dos saberes étnicos, gostaria de te pedir para rapidamente delimitar esse conceito de pós-indianismo.*

**Michael Baré:** Então, durante o curso de Mestrado, tive a oportunidade de realizar uma disciplina sobre a ideia de nação no Brasil, oferecida pelo professor Antônio Edmilson. Nessa disciplina tratamos do romantismo na literatura do século XIX e também das questões do pós-independência. Estudando o romantismo brasileiro, descobri a existência do movimento indianista, uma das vertentes do nosso romantismo que foi construída através da idealização dos indígenas. Participaram desse movimento literatos e intelectuais brasileiros do período como José de Alencar, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Lendo a bibliografia do curso, percebi que esses autores produziram através de seus escritos literários um projeto de valorização do indígena que poderia ter dado certo, mas o fato de tratarem de um índio idealizado e as teorias racistas impediram que esse projeto fosse adiante.

Naquele contexto, esse projeto que eles estavam traçando, afirmando os indígenas como os primeiros da nação, que já estavam nessas terras quando os portugueses chegaram, tinha um grande potencial. Mas como naquela época eles não sabiam tudo o que se sabe hoje sobre os povos indígenas, o povo indígena acabou sendo marginalizado na narrativa histórica.

Outro aspecto que representou uma limitação do indianismo romântico do século XIX foi o fato de que ele estava sendo construído por não indígenas – nenhum dos escritores indianistas era indígena. O que tínhamos eram não indígenas falando sobre índios imaginados. Hoje, de acordo com o que eu defendo, o pressuposto do



pós-indianismo é a história indígena sendo contada pelo sujeito dessa história e baseada não mais no índio imaginado, mas sim na experiência histórica indígena, na etno-história e na interdisciplinaridade – abrangendo a antropologia, arqueologia, a paleobotânica, a linguística etc. Não é mais o índio imaginário e não indígenas contando a História das populações indígenas. Defendo que a História dos indígenas seja contada por nós indígenas, a partir dos novos conhecimentos disponíveis e que essa história deve ser solidária e emancipatória.

**Vinícius Vieira:** *O pós-indianismo, então, é o que te permite articular uma apropriação dos saberes acadêmicos?*

**Michael Baré:** Na verdade, o que estou propondo como pós-indianismo é uma ruptura com tudo o que já passou no que concerne ao indianismo do século XIX e a visão de um indígena idealizado que ainda está presente no imaginário das pessoas. É uma ruptura e um novo começo, a partir das experiências do presente também dos indígenas, enquanto sujeitos autônomos e conscientes de sua história, das contribuições da arqueologia e de um viés interdisciplinar com outros campos de saber.

Na disciplina do professor André Azevedo, estudando sobre o Rio de Janeiro no período do prefeito Pereira Passos e das grandes transformações para modernizar a capital da República, na época, percebi como os conceitos de civilização e progresso, estavam sendo empregados para a modernização da cidade do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, promoviam a integração forçada dos povos indígenas na sociedade. Diante disso, fiz um questionamento, que civilização é essa? Como ela se formou?

Precisamos ter clareza que essa civilização se formou, em parte, através da apropriação dos costumes, da cultura material e imaterial dos povos indígenas e não os reconheceu como parte do processo de constituição nacional. Assim, o que estou questionando é: até onde essa civilização que foi construída, não é indígena? Essa pergunta só pode ser respondida, se também buscarmos o entendimento sobre o processo de marginalização do indígena, pelo apagamento de suas contribuições para a História da nação.

Deste modo, como alternativa à realidade presente à busca incessante pelo progresso, ao conceito de desenvolvimento, proponho conceito do bem viver! Defendo, com o pós-indianismo, o resgate dos valores civilizatórios indígenas para nos auxiliar a tornar a civilização brasileira mais humanizada; e para lembrar ao povo brasileiro que ele tem uma historicidade que remete à história indígena e que todos nós somos herdeiros dessa cultura milenar.

\* \* \*

**Fernanda Miranda de Carvalho Torres:** Pós-Graduanda no Curso de Especialização em Ensino de História da África pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II - PROPGPEC (2017). Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGH/UERJ.

**Vinícius de Castro Lima Vieira:** Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e graduado em História pela mesma universidade. Atualmente, é pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES), professor/tutor da Fundação CECIERJ e exerce atividades docentes em projetos sociais.

**Como citar esta entrevista (*How to cite this interview*):**

TORRES, Fernanda Miranda de Carvalho; VIEIRA, Vinícius de Castro Lima. Da estrada à universidade: uma conversa com Michael Baré, o primeiro aluno cotista indígena da UERJ. In REVISTA TRANSVERSOS. *"Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas - 10 anos da Lei 11.645/08"*. Rio de Janeiro, nº. 13, MAI-AGO, 2018. Pp. 171-188. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2018.36224.

